

# RADAR TRABALHISTA



Informativo da Comissão de Política de Relações Trabalhistas - CPRT/CBIC

Ano 4 – Número 157 – 27/07 à 31/07/2020

## Sumário

- *Destaque da Semana*
- *Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)*
- *Notícias do Executivo*
- *Ministério Público do Trabalho*
- *Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho*
- *Outras Notícias*
- *Atos Normativos*
- *Dados estatísticos de Fiscalização*

## Destaque da Semana

[Números do Caged em junho mostram expressiva reação do mercado de trabalho](#)

Ministério da Economia - 28/07/2020

Os números referentes ao mês de junho do Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo Caged), apresentados pelo secretário especial de Previdência e Trabalho, Bruno Bianco, nesta terça-feira (28/7), em entrevista coletiva à imprensa, mostram a forte reação do mercado de trabalho no país, com crescimento expressivo do número de admissões e diminuição das demissões, na comparação com o mês de maio. O setor da construção civil fechou o mês positivamente, em 17.270 postos.

Para ler na íntegra [clique aqui](#)



## Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)

### [STF prorroga suspensão de prazos de processos físicos até 15 de agosto](#)

Supremo Tribunal Federal - 31/07/2020

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Dias Toffoli, determinou a prorrogação, até 15/8, da suspensão dos prazos processuais de processos físicos, que havia sido determinada pela Resolução 670. O objetivo é reduzir a circulação de pessoas no Tribunal e manter as medidas de distanciamento e de prevenção ao contágio pelo coronavírus. A medida consta da Resolução 696/2020, publicada nesta sexta-feira (31) no Diário da Justiça Eletrônico.

### [Ação contra veto à obrigatoriedade do uso de máscaras em locais fechados terá rito abreviado](#)

Supremo Tribunal Federal - 27/07/2020

O ministro Dias Toffoli, presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), aplicou o rito abreviado à tramitação da [Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental \(ADPF\) 715](#), previsto no artigo 12 da Lei das ADIs (Lei 9.868/1999), que autoriza o julgamento da ação diretamente pelo Plenário, sem a necessidade de análise prévia do pedido de liminar. Na ação, a Rede Solidariedade contesta o veto do presidente da República, Jair Bolsonaro, a dispositivos da Lei 14.019/2020 que afastaram a obrigatoriedade do uso de máscara de proteção individual em estabelecimentos comerciais, industriais e de ensino, templos religiosos e demais locais fechados em que haja reunião de pessoas.

### [Reconhecimento de vínculo de terceirizado por auditor fiscal do trabalho não tem validade](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 30/07/2020

A Quarta Turma do Tribunal Superior do Trabalho considerou inválido auto de infração lavrado por auditor fiscal do extinto Ministério do Trabalho contra a CRBS S.A., de Jaguariúna (SP), que reconheceu o vínculo de emprego de trabalhadores não registrados. O

colegiado entendeu que houve invasão da competência da Justiça do Trabalho e restabeleceu a sentença em que foi declarado inválido o auto de infração lavrado contra a empresa.

### [Demitida por faltas injustificadas, auxiliar de limpeza não receberá férias proporcionais](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 29/07/2020

A Oitava Turma do Tribunal Superior do Trabalho isentou a M. Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos, de Bento Gonçalves (RS), do pagamento de férias proporcionais a uma auxiliar de serviços gerais demitida por justa causa por faltas frequentes e sem justificativa. A decisão segue a jurisprudência consolidada do TST sobre a matéria.

### [Contato com cimento não garante adicional de insalubridade a pedreiro](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 28/07/2020

A Terceira Turma do Tribunal Superior do Trabalho desobrigou a MRV Construções Ltda., de São José (SC), a pagar adicional de insalubridade a um pedreiro em razão do contato com cimento. Ao dar provimento ao recurso de revista da construtora, a Turma aplicou o entendimento consolidado no TST de que a manipulação e o contato com cimento não garantem o direito à parcela em obras de construção civil não garantem o direito à parcela, pois não estão relacionados como insalubres nas normas do extinto Ministério do Trabalho.

### [Empregada que esperava 20 minutos por transporte da empresa tem direito a hora extra](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 28/07/2020

A Oitava Turma do Tribunal Superior do Trabalho determinou o pagamento de 20 minutos residuais da jornada de trabalho de uma ex-empregada da Seara Alimentos em Forquilha (SC). Segundo o órgão, o tempo despendido pelo empregado na espera de transporte fornecido pelo empregador é considerado à disposição deste, desde que seja o único meio de transporte disponível ao empregado.

### [TST divulga novos valores dos limites de depósito recursal](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 27/07/2020

O Tribunal Superior do Trabalho divulgou os valores referentes aos limites de depósito recursal que passarão a vigorar a partir de 1º de agosto de 2020. Pela nova tabela, o limite do depósito para a interposição de recurso ordinário passa a ser de R\$ 10.059,15. Nos casos de recurso de revista, embargos e recurso em ação rescisória, o valor será de R\$ 20.118,30.

## [Pandemia reforça importância da saúde e da segurança no trabalho](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 27/07/2020

A saúde e a segurança do trabalho são alguns dos focos de atuação da Justiça do Trabalho, especialmente por meio do Programa Nacional de Prevenção de Acidentes de Trabalho (Trabalho Seguro), e merecem destaque neste 27 de julho - Dia Nacional de Prevenção de Acidentes de Trabalho. O contexto da pandemia e da crise econômica e sanitária reforça a existência de diferentes realidades no ambiente de trabalho, com pessoas exercendo suas atividades em home office e outros prestando, presencialmente, serviços essenciais à população. Nos dois casos, a saúde e a segurança passaram a ganhar ainda mais importância com as ações de prevenção ao contágio pelo novo coronavírus.



## Notícias do Executivo

### [Transação extraordinária e transação por adesão são prorrogadas](#)

Ministério da Economia - 31/07/2020

A [Portaria nº 18.176, de 30 de julho de 2020](#) e o [Edital de Transação nº 5, de 31 de julho de 2020](#), publicados nesta sexta-feira (31/7), prorrogam o prazo de adesão às modalidades de transação extraordinária e de transação por adesão. A transação não abrange débitos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), do Simples Nacional e multas criminais. A inclusão dos débitos apurados no regime do Simples Nacional depende da aprovação de Lei Complementar, em tramitação no Congresso Nacional.

### [Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional prorroga suspensão dos atos de cobrança até 31 de agosto](#)

Ministério da Economia - 31/07/2020

A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) prorrogou, até 31 de agosto, a suspensão temporária dos atos de cobrança em decorrência da pandemia causada pelo novo coronavírus. A medida foi estabelecida pela [Portaria nº 103, de 17 de março de 2020](#), do Ministério da Economia, e regulamentada pela [Portaria PGFN nº 7.821, de 18 março de 2020](#), que teve o prazo prorrogado pela [Portaria PGFN nº 18.176, de 30 de julho de 2020](#).

### [Atendimento remoto no INSS é prorrogado até 21 de agosto](#)

Ministério da Economia - 29/07/2020

O atendimento presencial nas agências da Previdência Social foi adiado para 24 de agosto. O atendimento exclusivo por meio de canais remotos fica prorrogado até 21 de agosto e continuará sendo realizado mesmo após a reabertura das agências. As alterações de datas estão definidas na [Portaria Conjunta nº 36](#) da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia e do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS),

publicada nesta quarta-feira (29/7), no Diário Oficial da União.

### [INSS dispensa cadastramento prévio para prova de vida por procuração de beneficiários com 60 anos ou mais](#)

Ministério da Economia - 27/07/2020

A [Portaria nº 810](#), publicada no Diário Oficial da União desta segunda-feira (27/7), autoriza os bancos a realizarem a comprovação de vida por meio de procurador ou representante legal, sem o prévio cadastramento junto ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), quando se tratar de beneficiários com idade igual ou superior a 60 anos.

### [País terá conjunto normativo moderno para prevenir acidentes de trabalho](#)

Ministério da Economia - 27/07/2020

A programação da Campanha Nacional de Prevenção de Acidentes de Trabalho (Canpat 2020) contou, nesta segunda-feira (27/7), com mais um evento online, desta vez com foco na Norma Regulamentadora 9 (NR-9), que trata da avaliação e controle das exposições ocupacionais a agentes físicos, químicos e biológicos. O subsecretário de Inspeção do Trabalho do Ministério da Economia, Rômulo Machado, destacou que todo o conjunto normativo que rege a segurança do trabalho no Brasil está sendo revisado e que arcabouço regulamentador, que havia sido criado nos anos de 1990, precisava ser atualizado para ter aderência às situações atuais.

### [Portaria reduz burocracia e prazos relacionados ao registro de sindicatos](#)

Ministério da Economia - 27/07/2020

Foi publicada, na edição do Diário Oficial da União desta segunda-feira (27), a [Portaria nº 17.593](#), que trata dos procedimentos administrativos para o registro de entidades sindicais pela Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia. A norma visa atualizar a legislação vigente sobre o tema e ainda reduzir a burocracia e os prazos processuais relacionados.

## Notícias do Ministério Público do Trabalho

### [MPT-PR recomenda que Secretarias de Saúde elaborem protocolo de vigilância sanitária para enfrentamento de Covid-19 em ambientes de trabalho](#)

Ministério Público do Trabalho - 30/07/2020

O Ministério Público do Trabalho no Paraná (MPT-PR) expediu, na última sexta-feira (24), uma [recomendação](#) às Secretarias de Saúde dos municípios do Paraná para que elaborem um protocolo, norma ou guia de vigilância sanitária em saúde em ambientes de trabalho, com testagem, para orientar a atuação das suas equipes de vigilância em saúde em relação à pandemia do novo coronavírus. O protocolo deve, ainda, orientar que seja exigida das empresas a emissão da Comunicação de Acidentes de Trabalho (CAT), sempre que confirmado caso de Covid-19.

### [MPT participa de audiência na Corte Interamericana de Direitos Humanos](#)

Ministério Público do Trabalho - 27/07/2020

O Ministério Público do Trabalho (MPT) vai participar nesta terça-feira (28) de audiência pública da Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH) que discute o alcance das obrigações dos Estados sobre garantias à liberdade sindical, sua relação com outros direitos e sua aplicação sob a perspectiva de gênero.

### [Doenças e acidentes do trabalho geram gastos de R\\$ 96 bilhões ao país e R\\$ 1 bilhão à Paraíba](#)

Ministério Público do Trabalho - 27/07/2020

Doenças e acidentes relacionados ao trabalho geraram gastos estimados em R\$ 96 bilhões ao Brasil de 2012 até hoje (afastamentos acidentários, auxílio-doença, aposentadoria por invalidez), segundo dados do Observatório de Segurança e Saúde no Trabalho – ferramenta do MPT e da OIT - (<https://smartlabbr.org/sst>).

## Auditor Fiscal do Trabalho

### Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho

[Em live, senadores e entidades sindicais comemoram a caducidade da MP 927](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 28/07/2020

Durante quatro horas, senadores e dirigentes sindicais participaram nesta segunda-feira, 27 de julho, da live “A queda da MP 927: Vitória da Classe trabalhadora”, promovida pela Central Única dos Trabalhadores – CUT Brasil. Na transmissão ao vivo, dirigentes sindicais, agradeceram aos senadores que apoiaram e se empenharam para que a Medida Provisória 927/2020 fosse retirada de pauta. A MP flexibilizava regras trabalhistas em razão da pandemia do novo coronavírus e perdeu a validade no dia 19 de julho.

## Outras Notícias

### [Foto em rede social de testemunha gera desconsideração de depoimento](#)

Consultor Jurídico - 01/08/2020

Uma foto postada em rede social por testemunha em processo trabalhista pode gerar a desconsideração do depoimento se servir para comprovar que ela estava mentindo quanto à relação de amizade com o autor da ação. Com esse entendimento, a 6ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, com sede em Porto Alegre (RS), valorou um depoimento com base no fato de a testemunha ter mentido ao juízo de primeiro grau para beneficiar o autor da ação. Segundo o colegiado, isso “não lhe confere isenção de ânimo para depor”.

### [TR x IPCA-E: Alternativas ao sobrestamento das ações trabalhistas](#)

Consultor Jurídico - 30/07/2020

Em decisão liminar editada em 27 de junho, o ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal, decidiu suspender o julgamento de todos os processos no âmbito da Justiça do Trabalho que envolvessem a aplicação dos artigos 879, §7º e 899, §4º, ambos da CLT, os quais estipulam a TR (Taxa Referencial) como índice de correção monetária a ser adotado em débitos trabalhistas.

### [Direito precisou ser revisto e se adaptar em razão da epidemia, diz Peduzzi](#)

Consultor Jurídico - 27/07/2020

A epidemia do coronavírus alterou a forma de viver em sociedade, o que inclui a forma de trabalhar. Sendo assim, não é possível manter a mesma interpretação jurídica naquilo que foi modificado. A fala é da presidente do Tribunal Superior do Trabalho, ministra Cristina Peduzzi, durante uma palestra no I Congresso Digital da OAB sobre legislação trabalhista na epidemia.



## Atos Normativos

[PORTARIA SEPRT N° 17.593, DE 24 DE JULHO DE 2020](#) (DOU de 27/07/2020 Seção I Pág.18) - Dispõe sobre os procedimentos administrativos para o registro de entidades sindicais pelo Ministério da Economia. (Processo n° 19964.103497/2020-17);

[PORTARIA INSS N° 810, DE 24 DE JULHO DE 2020](#) (DOU de 27/07/2020 Seção I Pág. 24) - Altera a Portaria n° 412/PRES/INSS, de 20 de março de 2020;

[LEI N° 14.028, DE 27 DE JULHO DE 2020](#) (DOU de 28/07/2020 Seção I Pág. 01) - Altera a Lei n° 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para garantir que o receituário médico ou odontológico de medicamentos sujeitos a prescrição e de uso contínuo tenha validade pelo menos enquanto perdurarem as medidas de isolamento para contenção do surto da Covid-19, na forma que especifica;

[PORTARIA SEPRT N° 17.138, DE 16 DE JULHO DE 2020](#) (DOU de 28/07/2020 Seção I Pág. 14) - Revoga Portarias do extinto Ministério do Trabalho;

[PORTARIA SRT/PR N° 4, DE 23 DE JULHO DE 2020](#) (DOU de 28/07/2020 Seção I Pág. 17) - Determina as zonas de influência das Unidades da Superintendência Regional do Trabalho no Estado do Paraná;

[LEI N.º 14.030, DE 28 DE JULHO DE 2020](#) (DOU de 29/07/2020 Seção I Pág. 01) - Dispõe sobre as assembleias e as reuniões de sociedades anônimas, de sociedades limitadas, de sociedades cooperativas e de entidades de representação do cooperativismo durante o exercício de 2020; altera as Leis nos 5.764, de 16 de dezembro de 1971, 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil); e dá outras providências;

[PORTARIA CONJUNTA SEPRT/INSS N° 36, DE 28 DE JULHO DE 2020](#) (DOU de 29/07/2020 Seção I Pág. 29) - Prorroga os prazos previstos nos art. 1º e art. 2º da Portaria Conjunta n° 22, de 19 de junho de 2020, que dispõe sobre o atendimento dos segurados e beneficiários do Instituto Nacional do Seguro Social durante o período de enfrentamento da

emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da pandemia do coronavírus (Covid-19) e disciplina o retorno gradual do atendimento presencial nas Agências da Previdência Social. (Processo nº 10128.106029/2020-73);

[PORTARIA RFB Nº 4.086, DE 28 DE JULHO DE 2020](#) (DOU de 29/07/2020 Seção I Pág. 33) - Disciplina a competência por matéria das Delegacias de Julgamento da Receita Federal do Brasil (DRJ) e define a atribuição para a identificação dos processos a serem distribuídos às DRJ;

[ATO DECLARATÓRIO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 92, DE 2020](#) (DOU de 31/07/2020 Seção I Pág. 02) - A Medida Provisória nº 927, de 22 de março de 2020, que “Dispõe sobre as medidas trabalhistas para enfrentamento do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19), e dá outras providências”, teve seu prazo de vigência encerrado no dia 19 de julho de 2020;

[ATO DECLARATÓRIO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 93, DE 2020](#) (DOU de 31/07/2020 Seção I Pág. 02) - A Medida Provisória nº 928, de 23 de março de 2020, que “Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019, e revoga o art. 18 da Medida Provisória nº 927, de 22 de março de 2020”, teve seu prazo de vigência encerrado no dia 20 de julho de 2020;

[PORTARIA CARF Nº 18.077, DE 30 DE JULHO DE 2020](#) (DOU de 31/07/2020 Seção I Pág. 19) - Altera a Portaria CARF nº 17.296, de 17 de julho de 2020, que regulamenta a realização de reunião de julgamento não presencial, por videoconferência ou tecnologia similar, prevista no art. 53, §§ 1º e 2º do Anexo II do Regimento Interno do CARF;

[RESOLUÇÃO CODEFAT Nº 871, DE 30 DE JULHO DE 2020](#) (DOU de 31/07/2020 Seção I Pág. 19) - Altera a Resolução CODEFAT nº 866, de 16 de julho de 2020, que dispõe sobre a oferta do bloco de ações e serviços “Qualificação Social e Profissional” no âmbito do Sistema Nacional de Emprego - SINE e estabelece os critérios para as respectivas transferências automáticas aos Fundos do Trabalho dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, nos termos do artigo 12 da Lei nº 13.667, de 17 de maio de 2018;

[PORTARIA PGFN Nº 18.176, DE 30 DE JULHO DE 2020](#) (DOU de 31/07/2020 Seção I Pág. 20) - Altera a Portaria PGFN nº 7.821, de 18 de março de 2020, para prorrogar a suspensão temporária de medidas de cobrança administrativa da dívida ativa da União, e a Portaria PGFN nº 9.924, de 14 de abril de 2020, para prorrogar o prazo de adesão à transação extraordinária, em função dos efeitos da pandemia causada pela COVID-19 na capacidade

de geração de resultado dos devedores inscritos em DAU;

[ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO SRF Nº 1, DE 30 DE JULHO DE 2020](#) (DOU de 31/07/2020 Seção I Pág. 30) - Institui código de receita para o recolhimento de multa por omissão/ incorreção/falta/atraso na entrega da Escrituração Fiscal Digital de Retenções e Outras Informações Fiscais de que trata o art. 2º-A da Instrução Normativa RFB nº 1.701, de 14 de março de 2017;

[ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO SRF Nº 2, DE 30 DE JULHO DE 2020](#) (DOU de 31/07/2020 Seção I Pág. 30) - Institui códigos de receita para o recolhimento de contribuições facultativas de que tratam o art. 20 da Lei nº 14.020, de 6 de julho de 2020, o § 5º do art. 11 e o § 35 do art. 216, ambos do Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999;

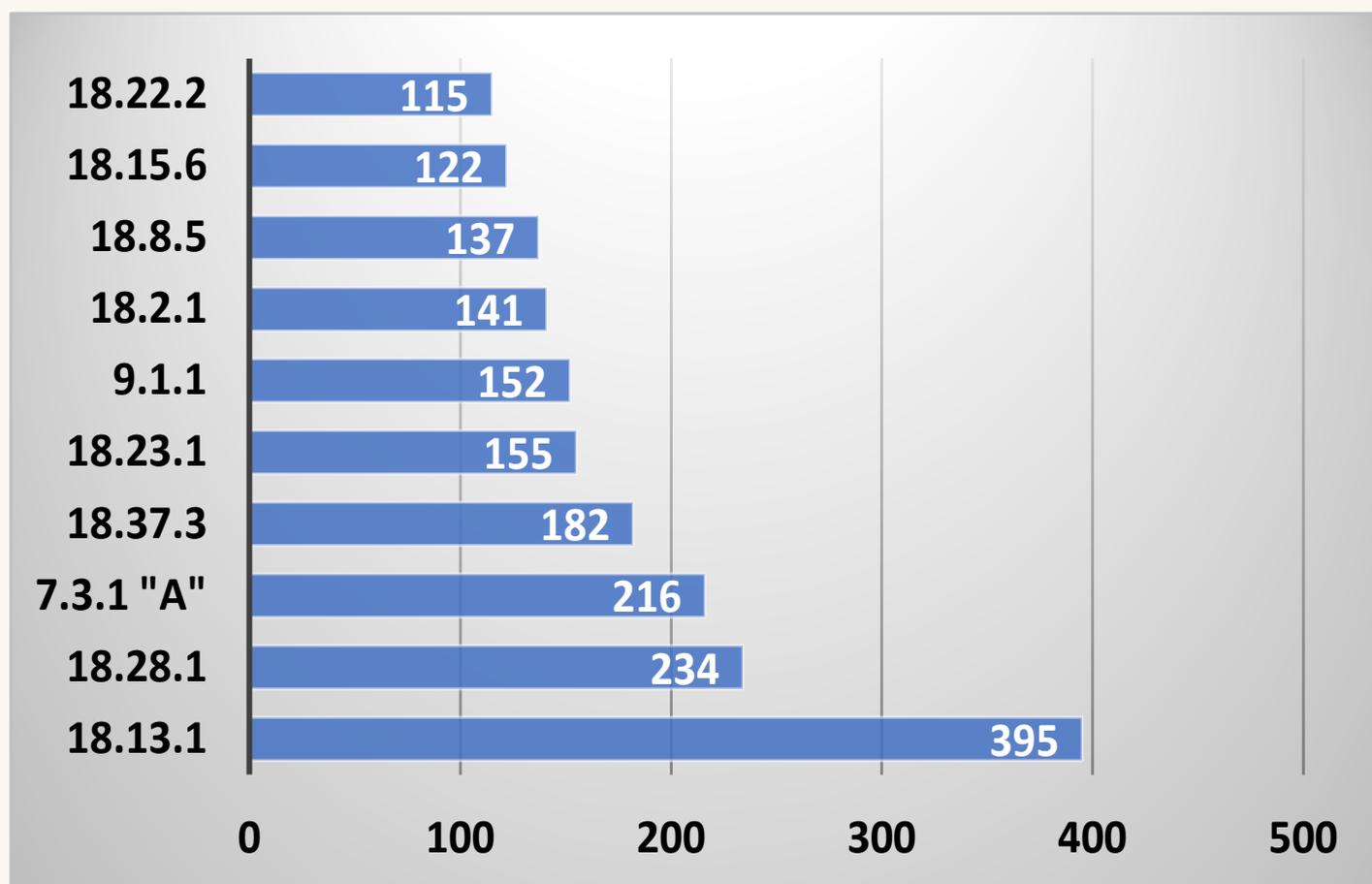
[EDITAL DE TRANSAÇÃO Nº 5, DE 31 DE JULHO DE 2020](#) (DOU de 31/07/2020 Seção III Pág. 48) - Decide PRORROGAR, até o dia 31 de agosto de 2020, o prazo de que trata o item 7 do EDITAL PGFN Nº 1/2019, que tornou públicas propostas da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional para adesão à transação na Cobrança da Dívida Ativa da União.

de geração de resultado dos devedores inscritos em DAU;



## Dados estatísticos de Fiscalização

Os 10 (dez) itens das Normas Regulamentadoras mais capitulados como “Notificado” durante a fiscalização do Ministério da Economia (antigo Ministério do Trabalho) na Indústria da Construção (CNAEs 41, 42 e 43) no ano de 2019:



Fonte: Sistema Federal de Inspeção do Trabalho - SFIT/ME

### **Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC)**

*José Carlos Martins*

*Presidente*

### **Comissão de Política de Relações Trabalhistas (CPRT/CBIC)**

*Fernando Guedes Ferreira Filho*

*Presidente da CPRT*

*Gilmara Dezan*

*Gestora de Projetos e Assessora da CPRT*

### **Queiroz Neto Advocacia & Políticas Públicas**

*Clovis Veloso de Queiroz Neto*

*Consultor CBIC e Responsável Técnico*

### **Projeto Gráfico**

*Paulo Henrique Freitas de Paula*

**Notificação:** É uma rubrica utilizada pela fiscalização do Ministério da Economia (antigo Ministério do Trabalho) para contabilizar os itens da legislação trabalhista (CLT ou Segurança e Saúde no Trabalho) que foram solicitados as empresas a comprovação de regularidade ou a identificação de irregularidade durante a ação de fiscalização realizada pelos Auditores Fiscais do Trabalho. Esse quantitativo não está atrelado obrigatoriamente ao número de “autuações”, “regularizados na ação fiscal”, “Embargo” ou “Interdição” realizadas pela auditoria fiscal do Ministério da Economia. Os atos fiscais do ME são assim contabilizados: RF 1 - Regular; RF 2 - Regularizado na Ação Fiscal; RF 3 - Irregular (autuação); RF 4 - Notificado; RF 5 - Embargo; RF 6 - Levantamento de Embargo; RF 7 - Interdição; RF 8 - Levantamento de Interdição.

**18.13.1.** É obrigatória a instalação de proteção coletiva onde houver risco de queda de trabalhadores ou de projeção de materiais.

**18.28.1.** Todos os empregados devem receber treinamentos admissional e periódico, visando a garantir a execução de suas atividades com segurança.

**7.3.1.** Compete ao empregador:

**a)** garantir a elaboração e efetiva implementação do PCMSO, bem como zelar pela sua eficácia;

**18.37.3.** É obrigatório o fornecimento gratuito pelo empregador de vestimenta de trabalho e sua reposição, quando danificada.

**18.23.1.** A empresa é obrigada a fornecer aos trabalhadores, gratuitamente, EPI adequado ao risco e em perfeito estado de conservação e funcionamento, consoante as disposições contidas na NR 6 - Equipamento de Proteção Individual - EPI.

**9.1.1.** Esta Norma Regulamentadora - NR estabelece a obrigatoriedade da elaboração e implementação, por parte de todos os empregadores e instituições que admitam trabalhadores como empregados,

do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais - PPRA, visando à preservação da saúde e da integridade dos trabalhadores, através da antecipação, reconhecimento, avaliação e conseqüente controle da ocorrência de riscos ambientais existentes ou que venham a existir no ambiente de trabalho, tendo em consideração a proteção do meio ambiente e dos recursos naturais.

**18.2.1.** É obrigatória a comunicação à Delegacia Regional do Trabalho, antes do início das atividades, das seguintes informações:

**18.8.5.** É proibida a existência de pontas verticais de vergalhões de aço desprotegidas.

**18.15.6.** Os andaimes devem dispor de sistema guarda-corpo e rodapé, inclusive nas cabeceiras, em todo o perímetro, conforme subitem 18.13.5, com exceção do lado da face de trabalho.

**18.22.2.** Devem ser protegidas todas as partes móveis dos motores, transmissões e partes perigosas das máquinas ao alcance dos trabalhadores.